



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 566531 - SP (2020/0066356-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : EUGÊNIO CARLO BALLIANO MALAVASI E OUTROS
ADVOGADOS : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964
PATRICK RAASCH CARDOSO - SP191770
BRUNO ZANESCO MARINETTI KNIELING GALHARDO -
SP357110
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON KIOSHI SATOU (PRESO)
CORRÉU : SILVANO DA SILVA OLIVEIRA
CORRÉU : JOAO BATISTA PEREIRA
CORRÉU : LUCIANO BATISTA COUTINHO
CORRÉU : RODRIGO DE SOUZA BRITO
CORRÉU : VANDERLEI PINTO DA FONSECA
CORRÉU : JAMIRO DUARTE RODRIGUES
CORRÉU : JACKSON SOARES FEGADOLI
CORRÉU : MARCIO JOSE BIANCHIN
CORRÉU : GILVAN RIBEIRO DA SILVA JUNIOR
CORRÉU : RODRIGO ALEXANDRE SALMISTRARO
CORRÉU : MARCOS ROGERIO DE CAMPOS
CORRÉU : JOSE CARLOS SESTARI
CORRÉU : MARCIO JOSE BIANCHIN
CORRÉU : JEFFERSON CARLOS SESTARI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANDERSON KIOSHI SATOU contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2282010-25.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 39 anos, 10 meses e 17 dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no artigo 2º, *caput*, e §2º da Lei n. 12.850/2013, c/c o artigo 29 do Código Penal, em concurso material (artigo 69 do mesmo código) com o artigo 157, parágrafo 2º, incisos I, II e V, c/c o artigo 29, por 3 vezes (três vítimas), na forma do artigo 70, *caput*, segunda parte, todos do Código Penal, vedado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fl. 155).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual alegando, em síntese, que o Juízo processante deixou de avaliar concretamente a necessidade da segregação cautelar na sentença condenatória. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 2122):

Habeas Corpus. Associação Criminosa e roubo majorado. Pleito de apelo em liberdade. Sentenciado a pena superior a 04 (quatro) anos de reclusão e que permaneceu preso durante a instrução, cujo decreto de prisão já foi analisado

por esta Corte. Decisão que negou o apelo em liberdade idoneamente fundamentada. Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa alega falta de fundamentos idôneos para a negativa do réu de recorrer em liberdade.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao paciente, para que possa recorrer em liberdade.

O *writ* foi indeferido liminarmente por deficiência de instrução, uma vez que a defesa não colacionou aos autos o acórdão proferido pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 1812/1813).

É o relatório. **Decido.**

No caso, a defesa colacionou aos autos o inteiro teor do documento outrora faltante (e-STJ fls. 2119/2123), suprimindo a mencionada deficiência, motivo pelo qual passo a analisar o pedido liminar do presente habeas corpus.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Eis os motivos declinados na decisão singular (e-STJ fl. 2101):

[...]

Nego aos réus o direito de recorrerem em liberdade, já que mantidas as razões e fundamentos de seus encarceramentos prévios.

E assim consignou o Tribunal de origem ao denegar a ordem (e-STJ fls. 2123):

Com efeito, o paciente permaneceu recluso durante toda a instrução penal e, condenado à pena superior a 4 anos de reclusão, o d. juízo negou o recurso em liberdade ante a permanência dos requisitos da prisão cautelar decretada no início da instrução penal. Destaco que a legalidade da prisão cautelar já foi analisada por esta Corte nos habeas corpus n. 2094987-67.2018, 2190437-37.2018 e 2012435-11.2019.

Assim, não se verifica ilegalidade ou abuso de poder no indeferimento do direito de apelar em liberdade, quando o d. Magistrado sentenciante argumenta pela manutenção da necessidade da constrição cautelar remetendo-se à decisão anterior e idoneamente fundamentada.

Lado outro, o n. Impetrante não trouxe fatos novos a justificar a revogação da medida, bem como não houve período suficiente de prisão cautelar para ser abatido em sede de eventual detração penal.

Por fim, o quantum de pena fixado na sentença, a fixação do regime inicial mais gravoso e o fato de ter o paciente respondido preso ao longo da instrução penal, são circunstâncias a justificar a negativa do apelo em liberdade.

Como visto, o Tribunal estadual manteve a prisão preventiva do paciente, que respondeu à toda instrução criminal segregado, tendo sido revisada sua prisão pelo Tribunal *a quo* em duas oportunidades e, em todas duas, a Corte revisora entendeu por estar idoneamente fundamentada a decisão que decretou sua prisão, não havendo, portanto, constrangimento ilegal ao negar o direito de recorrer em liberdade ao paciente que respondeu à toda ação penal encarcerado, especialmente quando se considera a elevada pena imposta ao réu.

Com efeito, *Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que, permanecendo os fundamentos da prisão cautelar, revela-se um contrassenso conferir ao réu, que foi mantido custodiado durante a instrução, o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação* (RHC 117802, Relator(a): Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 10/6/2014, publicado em 1º/7/2014).

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONDENAÇÃO. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PACIENTE QUE RESPONDEU PRESO A TODA A AÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO DECRETO PREVENTIVO ORIGINÁRIO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. Hipótese em que o magistrado singular, ao proferir a sentença, manteve a prisão considerando que, se o recorrente respondeu preso a toda a ação penal e não havendo mudanças fáticas que o justificassem, assim deveria permanecer. Tal entendimento encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a existência de édito condenatório enfraquece a presunção de não culpabilidade, de modo que seria incoerente, não havendo alterações do quadro fático, conceder, nesse momento, a liberdade.

3. Por outro lado, é de se notar que a defesa não trouxe aos autos cópia da decisão que decretou originariamente a prisão, o que inviabiliza o exame dos fundamentos que primeiramente justificaram a decretação da prisão para amparar sua manutenção e impossibilita a completa verificação da existência de eventual constrangimento ilegal, devido à deficiência de instrução dos autos.

4. É de se ressaltar que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

6. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la. 7. Recurso desprovido. (RHC 105.918/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/3/2019, DJe 25/3/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. EXTORSÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. POSSIBILIDADE. RÉU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Recorrente foi preso preventivamente, no dia 29/05/2019, e denunciado pela prática do crime previsto no art. 158, caput, por duas vezes, na forma do art. 69, ambos do Código Penal, por extorquir a vítima dizendo que mataria o filho dela, de apenas doze anos, caso não fosse remunerado. Encerrada a instrução, foi condenado à pena de 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 14 (catorze) dia-multa, em regime inicial fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

2. A segregação cautelar encontra fundamento na garantia da ordem pública porque, além da periculosidade do Recorrente, demonstrada pelo modus operandi do delito, cometido mediante graves ameaças a uma criança, existe a possibilidade concreta de reiteração delitiva, considerando o fato de que o Réu possui diversos outros feitos criminais em andamento, além de ser reincidente em crime de mesma espécie. Precedentes.

3. Esta Corte Superior pacificou o entendimento de que a manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, nos casos em que o Acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal.

4. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art.

319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

5. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 122.083/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 06/2/2020, DJe 21/2/2020)

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão anterior, mas **indefiro** o pedido liminar.

Suficientemente instruído, ouça-se o Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator